



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681118 - SP (2021/0224671-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ADRIANA VALIM NORA
ADVOGADO : ADRIANA VALIM NORA - SP366780
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO MACIEIRA SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO MACIEIRA SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0008364-30.2020.8.26.0496).

O paciente cumpre pena de 11 anos de reclusão em regime inicial fechado pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, por duas vezes.

A impetrante informa que o Juízo singular deferiu ao paciente o livramento condicional. Inconformado, o *parquet* interpôs agravo em execução perante o Tribunal *a quo*, que deu provimento ao apelo para revogar o livramento condicional e reconduzir o sentenciado ao regime semiaberto.

Sustenta que as faltas já reabilitadas, a longa pena a cumprir e a gravidade abstrata do delito não são fundamentos idôneos para negar a benesse.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão de primeiro grau que reconheceu ao paciente o livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante não juntou o acórdão impugnado (Agravado em Execução n. 0008364-30.2020.8.26.0496). A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do Agravo em Execução n. 0008364-30.2020.8.26.0496.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente